

O túmulo das multidões

AUGUSTO NUNES



As agências de notícias internacionais parecem ter encontrado um número — um milhão — feito sob medida para liberar seus repórteres do sempre complicado cálculo de grandes multidões. Confirmam. Em Teerã, um milhão de iranianos se manifestam contra o Irã que, e um milhão de iraquianos protestam em Bagdá contra o Irã. Têm idênticas dimensões as massas humanas que aplaudem as intermináveis arengas de Fidel Castro em Havana, ou celebram a execução dos Ceausescu em Bucareste, ou se solidarizam com Corazón Aquino em Manila. É sempre assim. Pouco importa se for inferior a tal cifra cabalística a população das cidades sacudidas por tão portentosas manifestações. O número é esse, e ponto final.

Pois nem mesmo correspondentes habituados a contemplar multidões com grossas lentes de aumento se atreveriam a sustentar, em seus despachos, ter visto um milhão de pessoas reunidas em algum ponto de Brasília. Ainda que tal fenômeno efetivamente ocorresse, ainda que fosse possível identificar um a um cada rosto no formidável formigueiro humano e contabilizá-los cuidadosamente — ainda assim, nenhum repórter ousaria endossar esse cálculo. Graças aos delírios urbanísticos de Lúcio Costa e à gélida arquitetura

monumental de Oscar Niemeyer, o povo, na capital federal é uma miragem. Brasília, definitivamente, foi concebida para negar a possibilidade da multidão.

Recortados contra as desoladas amplidões da capital, os cem mil brasileiros que se despediram de Juscelino Kubitschek em 1976 recordavam raquíticos séquitos de incêndios nordestinos. Em 1980, mais de 200 mil fiéis saudaram a passagem do papa João Paulo II — e, no entanto, a branca silhueta do chefe da Igreja Católica sugeria, esmagada pela vastidão da Esplanada dos Ministérios, alguém pregando no deserto. Ali, nenhuma manifestação popular consegue ser grandiosa. Se São Paulo, como disse Vinicius de Moraes, é o túmulo do samba, Brasília é o túmulo das multidões.

Subtraída ao cerrado a voz clara do povo, seus imensos espaços se abrem para os murmúrios dos políticos, as lamentações dos burocratas e os sussurros melífluos dos bajuladores. Ouvidos longamente castigados por tais sons podem se tornar insensíveis aos ruídos do Brasil real — tanto os que recomendam prudência quanto os que convidam à audácia. A tal risco está exposto o presidente Fernando Collor desde o instante em que, pela primeira vez, escalou com passos largos e firmes a rampa do Palácio do Planalto.

Apesar das modernas cercas impostas por Niemeyer e Lúcio Costa, a presença do povo aqueceu a festa de Collor. O som sempre doce das palmas acompanhou o presidente entre o congresso e o Planalto e, depois, temperou-lhe o discurso no

parlatório. A presença de muita gente humilde numa festa genuinamente democrática fez de Brasília, ao menos por um dia, uma cidade mais pacífica com o resto do País. Mas os brasileiros que aplaudiram Fernando Collor já voltaram às cidades-satélites, ou viajaram para longe da capital. Neste outono de dramáticas mudanças, o presidente terá de lutar também contra perversidades geopolíticas para saber o que pensa e quer o Brasil que produz — e paga as contas de Brasília. O plano Collor terá de resistir à solidão e às más companhias impostas pelo Plano Piloto.

Brasília é um convite à solidão e às más companhias

A arquitetura antipovo da capital convive harmoniosamente com o regime autoritário. Se ali não costumam ecoar aplausos, tampouco ressoam apupos. Mais ainda, não chegam ao Planalto Central os sons do Brasil — a menos que um governante deixe voluntariamente a clausura nessa ilha da fantasia e procure ouvi-los com seus próprios ouvidos. Para os generais-presidentes, com certeza foi muito providencial esse bunker à prova de gemidos ou gritos. Já no regime democrático, para o qual manifestações populares, contra ou a favor, são tão vitais quanto o voto, Brasília pode se transformar num traiçoeiro monumento à solidão.

Jânio Quadros, a primeira vítima, talvez tivesse renunciado à prática de certas loucuras do seu curto período no poder se não vivesse sub-

merso no isolamento do cerrado. João Goulart poderia ter vislumbrado o abismo a seus pés se os olhos não estivessem ofuscados pela contemplação dos largos horizontes da capital. E José Sarney certamente seria menos indulgente na avaliação do próprio governo caso cruzasse com mais freqüência fronteiras limitadas a São José do Rio Preto (o Brasil também agradeceria se o cérebro de Sarney não funcionasse tão provincialmente preso ao Maranhão, mas essa é outra história).

O presidente Collor é um homem que, além de favorecido pela vocação cosmopolita, conhece o Brasil. Nasceu no Rio de Janeiro, viveu em Maceió, governou um pequeno e pobre Estado nordestino, viajou bastante (até demais, na opinião de alguns adversários). Felizmente, também conhece Brasília: ali passou da adolescência e para lá voltou em 1982, como deputado federal. É tempo suficiente para conhecer os alçapões espalhados pelo Plano Piloto, sobretudo os camuflados nos corredores e gabinetes do Congresso.

Collor é um presidente de temperamento centralizador e, como sugerem a extensão, o risco e as ousadias, do plano econômico anunciado no segundo dia do novo governo, marcado por um tipo de audácia que beira a temeridade. O ataque às deformações brasileiras talvez exija, neste momento, homens assim. Mas também eles não se podem dispensar de ouvir os sons que Brasília proíbiu.

Viaje, presidente.

ESTADO DE SÃO PAULO

ESTADO DE SÃO PAULO